

Intervenção de José Manuel Constantino na tomada de posse dos órgãos sociais do Comité Olímpico de Portugal

O mandato que agora se inicia será inevitavelmente diferente... muito diferente.

Não apenas porque é mais pequeno, mas sobretudo porque ocorre num contexto bem distintos dos anteriores

Terá apenas a duração de três anos e vem na sequência de uma crise pandémica e num momento em que se instalou na Europa um conflito armado cujas consequências estamos longe de conhecer.

Importa olhar para esta situação com cuidado e redobrada atenção.

E fazê-lo é desde logo reconhecer que o desporto não vive isolado dos restantes fenómenos sociais.

Crises humanitárias, sanitárias, financeiras e institucionais que atingiram fortemente os pilares de paz, estabilidade, concórdia, solidariedade e respeito, que muitos davam por adquiridos, vieram modificar as nossas vidas e alterarão significativamente o quadro em que o desporto opera.

Um dos aspetos mais singulares dos tempos que vivemos são a complexidade e a imprevisibilidade.

A globalização económica e os sistemas de comunicação mudaram significativamente a regulação dos sistemas sociais.

A mudança é permanente, mas o sentido da evolução não é previsível.

Cada vez menos o passado nos pode dizer algo seguro sobre o futuro.

De súbito, alteraram-se várias etapas aparentemente irreversíveis da história que instalaram um clima de incerteza desconhecido desde os finais da II Grande Guerra Mundial, abalando profundamente a confiança com que se perscruta o futuro.

Apesar dos ensinamentos que recolhemos, o futuro surge-nos ainda mais incerto e complexo.

A contingência passa ser um elemento determinante do sentido da humanidade.

Passam a existir acontecimentos que moldam as nossas vidas, que não prevíamos que acontecessem e para os quais as respostas do passado não são suficientes.

Por muito que o conhecimento sobre os sistemas sociais tenha evoluído não estamos preparados para problemas que não antevimos e para as suas consequências.

O que nos aconselha a ser prudentes no que afirmamos. A ser modestos nas nossas convicções.

Para que as afirmações que se baseiam no conhecimento que temos das coisas possam sempre ser renovadas à medida que o nosso conhecimento evolui.

E isso é preferível à infalibilidade e teimosia dos que nunca se enganam e raramente têm dúvidas.

Sabemos que a pressão para a resolução rápida de problemas difíceis é geradora de muita impaciência, mas procuraremos resistir à tendência de encontrar respostas simples para problemas complexos.

Os tempos que vivemos pedem, por isso, muita ponderação e um acrescido sentido de responsabilidade na missão no serviço à comunidade.

Caros presentes,

Terminámos um Ciclo Olímpico em que os resultados desportivos alcançados foram reconhecidamente muito meritórios.

Devemo-lo à qualidade dos atletas, dos treinadores, ao trabalho dos clubes e ao enquadramento federativo.

Todos aproveitaram o melhor possível os recursos que o País - autoridades políticas e desportivas - colocaram à disposição da preparação olímpica.

O mérito do Comité Olímpico de Portugal foi apenas o de potenciar as capacidades instaladas.

De unir e não dividir. De acrescentar e não subtrair. De criar esperança e transmitir confiança à nossa representação desportiva.

E fazê-lo sem descurar outras frentes de trabalho, muitas delas com menor exposição pública, mas essenciais para valorizar socialmente o desporto.

Mas a situação desportiva nacional não mudou da noite para o dia.

E ela não garante, à partida, a sustentabilidade dos resultados alcançados.

Para que isso ocorra, e será desejável que ocorra, é preciso trabalhar muito no plano político e desportivo.

A nossa elite desportiva é pequena e os riscos de não sustentabilidade do patamar já alcançado estão presentes.

A atenção que as políticas públicas centrais dão ao desporto é globalmente fraca.

O mandato que agora iniciamos encontrará o desporto a tentar refazer-se dos efeitos da crise pandémica ele que é, por razões estruturais e culturais, um setor mais desprotegido e menos preparado do que outras áreas, para uma recuperação rápida e sem consequências duradouras.

Acresce, neste contexto, os desequilíbrios de competitividade acentuados pela disparidade na implementação de medidas extraordinárias adotadas pelos diferentes Governos, para mitigar o impacto da crise na sustentabilidade dos seus sistemas desportivos.

A posição subalterna e frágil do desporto nacional, sobretudo no domínio das políticas públicas, acarreta a ausência de consciencialização para o seu impacto social, educativo e na saúde, e o seu relevante contributo para a economia do País.

A falta de investimento político para fazer do desporto um setor estratégico para o desenvolvimento humano, social e económico não é exclusiva deste ou de outro partido, mas um traço comum ao ambiente político em geral.

Neste Ciclo Olímpico, mais curto, a dois anos dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, atletas, técnicos e suas federações desportivas encontram-se sem um novo Programa de Preparação Olímpica.

Ou mais corretamente, encontram-se ainda sob o enquadramento do Programa de Preparação Olímpica Tóquio 2020, o qual foi há muito concluído, avaliado e reportado.

Ou seja, os instrumentos de planeamento e programação, que deviam estar a montante a estabelecer horizontes e metas, encontram-se a jusante no tempo daqueles a que se destinam e trabalham no terreno.

Não me refiro sequer a programar a dois ou três ciclos, mas, tão só, a iniciar o trabalho de um novo ciclo com objetivos, metas, indicadores para os Jogos que se seguem e não com base naqueles que findaram.

Pese embora a boa vontade de decisores em encontrarem as soluções mais ágeis, ou os compromissos possíveis para mitigar estes obstáculos, o que registamos e agradecemos, impendem problemas estruturais inultrapassáveis.

E no final o cronómetro, a fita métrica e o marcador são implacáveis. Não há lugar a retórica ou cosmética. Não há compromissos. Não há justificações. Não há estados de alma. Não há cedências a condicionalismos conjunturais.

São eles que julgam o êxito ou o insucesso dos agentes e das organizações desportivas.

São eles que, por vezes em breves segundos, ditam a sorte de décadas de árduo labor.

Distintos convidados,

As evidências recolhidas, particularmente no "Estudo caracterizador do setor do Desporto em Portugal e do impacto da COVID-19", demonstram as inúmeras carências que o nosso País ainda atravessa.

Ainda assim, atletas, treinadores e clubes, em concertação com as Federações Desportivas, lograram, alcançar a melhor prestação desportiva de sempre de Portugal em Jogos Olímpicos.

Os desafios que colocamos para os próximos anos colocam-se em cinco dimensões, profundamente ligadas entre si:

1. Recuperar o desporto português do impacto e das rápidas mudanças estruturais precipitadas pela crise pandémica, para níveis que progressivamente revertam o fosso que separa Portugal da média europeia;
2. Apoiar a modernização, capacitar e desenvolver as federações desportivas como base de sucesso para um novo futuro, através de uma solidariedade transversal entre as organizações, promovendo o seu crescimento sustentado;
3. Sustentar o sucesso alcançado nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, consolidando resultados de topo em competições de referência ao longo do ciclo Paris 2024;
4. Apostar de forma consistente no projeto de Esperanças Olímpicas, consolidando uma dotação que o reforce e otimize como cadeia de valor para alimentar o projeto olímpico.
5. Preservar e divulgar a cultura e os Valores Olímpicos, implementando a Casa do Olimpismo.

Não tenhamos dúvidas: recuperar aquilo que se perdeu vai - e já está - exigir mais de nós, nomeadamente, como é o caso do desporto, de sectores com vulnerabilidades sistémicas anteriores à crise.

Exige - a começar pelo COP - novas competências; eficiência na criação de valor; inovação e liderança na transição digital; partilha e integração de recursos; sustentabilidade; boa governação e integridade.

Não apenas no nosso léxico, mas enraizadas na cultura das nossas organizações.

Da base ao topo.

Navegamos hoje em águas turvas e agitadas, aquelas com que dobrámos o Cabo das Tormentas e espalhámos a cultura de um país geograficamente periférico na imensidão do mundo.

A equipa que tenho a honra de dirigir não podia, num contexto tão crítico, virar costas a servir o desporto deste país no respaldo dos resultados do último ciclo olímpico.

Por isso, a participação maciça dos membros do COP numa eleição com uma única lista é uma mensagem que sabemos interpretar e uma responsabilidade que não nos esquivamos a assumir.

Caros convidados,

As minhas últimas palavras são sobre o drama da guerra que se vive na Ucrânia.

Os valores universais da democracia, da liberdade, da paz e do respeito pela dignidade humana são um património do Movimento Olímpico.

É doloroso assistir à destruição de bens e da perda de vidas de homens, de mulheres e de crianças.

Todos os dias esperamos que seja anunciada uma solução política que pacifique o conflito e cessem as imagens de destruição que nos chegam, as quais julgávamos impensáveis na Europa do século XXI.

Aqui deixo uma palavra de solidariedade aos desportistas ucranianos e ao Comité Olímpico da Ucrânia, sentimento já transmitido ao seu Presidente, Sérgio Bubka.

Aqui deixo os votos de que a paz e o respeito pela soberania dos povos regressem àquela parte da Europa.

Aqui deixo os votos de que rapidamente os desportistas ucranianos, russos e bielorrussos possam regressar, em paz, ao convívio da comunidade desportiva internacional.

No meio da angústia precisamos de um vislumbre de otimismo e de esperança.

Um sentimento que sei partilhado por todos os que me escutam.

Obrigado pela vossa presença.

Lisboa 16 de Março 2021

José Manuel Constantino
Presidente do Comité Olímpico de Portugal